

**ALTERAÇÕES NO ESPAÇO RIBEIRINHO: AS CONSEQUÊNCIAS DA  
IMPLANTAÇÃO DA UHE SANTO ANTONIO PARA A COMUNIDADE ENGENHO  
VELHO EM PORTO VELHO-RONDÔNIA/BRASIL**

**Paula Stolerman – Mestranda Geografia UNIR**

paulastolerman.ps@gmail.com

**Ms. Sheila Castro - Doutoranda Geografia UFPR**

sheila1705@gmail.com

## **RESUMO**

Este trabalho tem por finalidade evidenciar a geopolítica do Estado Brasileiro que atuou de forma desagregadora do espaço vivido da Comunidade Novo Engenho Velho atingida pela instalação do Complexo Hidrelétrico no Rio Madeira. Fizemos uma abordagem em relação a organização dos setores público e privado para a implantação do Complexo, com suas estratégias colocadas em prática em conjunto com diversos setores econômicos do país. A combinação das políticas estatais assumiu uma postura autoritária e conduziram a anulação dos direitos desta comunidade ribeirinha e a destruição do lugar de onde garantiam sua existência material e simbólica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Usina Hidrelétrica; Espaço, Remanejamento, Comunidade

## **APRESENTAÇÃO**

É necessário fazer uma apresentação do contexto da atual política econômica brasileira para evidenciarmos com mais detalhes os fatos encontrados em nossa área de estudo. Observamos a necessidade de o Estado procurar incentivar os setores primário, secundário e terciário para um desempenho favorável dentro e fora do país. Nas palavras de Gomes:

*Ao assumir a dinâmica de mercado como pressuposto da organização espacial, estes modelos “naturalizariam” o capitalismo, como a única forma possível de conceber o desenvolvimento social, ao mesmo tempo, em que trabalhavam para a manutenção do status quo de uma sociedade desequilibrada e desigual (GOMES, 1995, p. 64).*

Essa noção de que o desenvolvimento só é possível em uma sociedade capitalista se funda na definição da funcionalidade: a noção de rentabilidade é a

noção de mercado. Entendemos que as transformações sociais devem encontrar correspondência na adequação espacial, sem a qual não é viável a manutenção da estrutura social.

Não sendo um processo simples, a adequação espacial implica em abalos, degradação e violação dos sentimentos que os indivíduos compartilham de determinado lugar. Quem sofre quando ocorre a implantação de qualquer projeto que envolva ações de impacto social e ambiental são os cidadãos com menos posses. Por isso, devemos esclarecer que o conhecimento do processo é importante para solicitar que as medidas mitigadoras levem em conta o duplo nível de relação alcançada tanto no espaço econômico, como o espaço global da vida humana.

## O CONTEXTO DA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO MADEIRA

Em meados de 1971 o Ministério de Minas e Energia já havia identificado a possibilidade de construção de hidrelétricas nas cachoeiras de Santo Antônio e Teotônio. No entanto, os primeiros estudos realizados na área foram feitos entre os anos de 2001 e 2002, pela Eletronorte. Estes estudos tiveram como relevância definir a localização do futuro empreendimento.

A saber, a política nacional prima pelo modelo de geração energética pela exploração de recursos hídricos e dessa maneira, o governo incentiva a implementação de projetos hidrelétricos. Neste contexto, em janeiro de 2007, foi lançado pelo governo Lula o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, o qual prevê a construção de usinas hidrelétricas na região norte. O PAC dá continuidade à política econômica do governo anterior, implementando

*(...) um projeto de crescimento econômico segundo uma lógica neo-desenvolvimentista, ancorado na expansão do crédito para grandes empresas e na realização de grandes obras intensivas em uso dos recursos naturais. O Brasil assume mais uma vez o papel de fornecedor de matéria-prima e energia para os países do Norte e novos mercados em expansão, num processo definido por alguns como de “reprimarização” da economia (ACSELRAD, 2010, p. 14).*

As Usinas Hidrelétricas na Amazônia, atendem ao modelo de desenvolvimento imposto aos países sul americanos, também contribuindo como infraestruturas para a otimização da circulação dos *commodities*, como a soja,

produzida no Estado de Rondônia e destinada majoritariamente à mercados internacionais.

Podemos também observar, diante de uma perspectiva evidenciada por David Harvey (2005), que:

*Continuamente, (...) o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico do tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo (HARVEY, 2005, p. 150).*

Desta maneira, as Usinas Hidrelétricas na Amazônia se situam em uma nova movimentação/adaptação espacial do capitalismo, englobando espaços que anteriormente se destinavam a mecanismos produtivos que não necessariamente adequam-se à lógica da acumulação, como é o caso da produção para a subsistência das populações quilombolas e ribeirinhas.

A construção das hidrelétricas do projeto Madeira e a criação da hidrovia que ligará Brasil, Peru e Bolívia – a qual poderá tornar mais fácil o escoamento de produtos brasileiros e baratear as exportações do país – são medidas previstas na IIRSA. A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana começou a ser desenvolvida em 2000, por ocasião da Reunião dos Presidentes da América do Sul.

Nesta reunião os líderes dos países sul americanos decidiram implementar ações políticas conjuntas, voltadas para o incentivo à integração física, energética e de comunicações sob uma perspectiva regional, de acordo com os ditames do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA):

*El comercio, la inversión y el movimiento de las personas está todavía retrasado, y es a veces desalentado por los severos obstáculos físicos, normativos y sociales en nuestras fronteras y a través de nuestros principales corredores comerciales intra e interregionales. Además el desarrollo socioeconómico en nuestros mercados regionales sudamericanos, no há alcanzado su potencial, debido em parte a la falta de una visión estratégica compartida acerca de como usar la cooperación y el planeamiento regional para explotar em su totalidad el impacto de una red continental de infraestructura regional (BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO, 2000, p. 12-13).*

## O PAC EM RONDÔNIA

Em Rondônia podemos esclarecer detalhadamente o exemplo de política para desenvolvimento econômico e 'social' na obra que compõe a base do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Concebida para gerar energia em grande quantidade e a baixo custo, a Usina Santo Antônio terá capacidade instalada de 3.150 MW.

A responsabilidade de construir este empreendimento ficou para o consórcio de empresas vencedor do leilão, SAE. Santo Antônio Energia é a concessionária formada pela união das seguintes empresas: Cemig (10%), Andrade Gutierrez (12,4%), Odebrecht Energia (18,6%), Caixa FIP Amazônia Energia (20%) e Eletrobrás Furnas (39%). Andrade Gutierrez. O investimento total será de R\$ 9,5 bilhões. Haverá 44 turbinas do tipo bulbo, cuja operação praticamente não exige a formação de reservatórios (<http://www.santoantonioenergia.com.br>).

O projeto é financiado com capital dos acionistas e recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, por meio de financiamento direto e repasse do FI-FGTS - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do FNO. Para utilizar o recurso do FGTS, o Governo Federal teve que mudar a legislação, pois este fundo foi criado especificamente para beneficiar o trabalhador e não investimentos deste tipo.

## A NECESSÁRIA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Mediante suas ações, o Estado buscou organizar o espaço econômico nacional, condicionando-o para que o processo de reprodução social pudesse consolidar-se dentro de um Estado capaz de transpor os problemas financeiros, mesmo que para isso, fosse necessário atender às medidas impostas pelos financiadores internacionais, o que em longo prazo trarão mais dívidas. Nas palavras de Corrêa, faz-se necessário esta organização social do espaço pois, ele é

*entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, "vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções" , nem como um produto da sociedade, "ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional". O espaço não é nem ponto de partida (espaço absoluto), nem o*

*ponto de chegada (espaço como produto social). O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefebvre o espaço é mais do que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção (CORRÊA, 1995, p. 25).*

Por ter conhecimento dessa organização política, evidenciaremos algumas das ações tomadas para a reestruturação da política econômica e como esta foi sentida por cidadãos pertencentes a comunidade de Engenho Velho, localizada em Porto Velho, Rondônia que foi impactada pelas diretrizes criadas pelo Estado e impostas a eles, usando práticas coercivas e psicológicas.

### **A INSTALAÇÃO DAS UHES NO MADEIRA – INTERESSES DIVERSOS**

Um dos pensamentos dos cidadãos é de que o Estado deveria ser um órgão não só delimitador de ações sociais, com medidas de políticas públicas, mas que também pudesse ser atuante através do Ministério Público para proteger os direitos desse mesmo cidadão, quando este fosse coagido pelo Estado a tomar decisões que possam ferir a sua integridade psicológica. Este pensamento de desamparo notamos na Comunidade Novo Engenho Velho atingida pelos empreendimentos do Complexo Hidrelétrico do Madeira.

Raffestin apresenta bem o poder do Estado na equiparação de um conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado. “O poder com uma letra maiúscula postula, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação; essas não são mais que formas terminais” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Após a grande campanha de marketing feita pelo Estado por meio das mídias e do setor privado, houve em Porto Velho, capital de Rondônia um envolvimento de pessoas pró-usinas, via-se *out-doors* de propagandas com rostos conhecidos pela sociedade em geral como garotos propaganda da usina. A vinda do Presidente da República o então Senhor Luiz Inácio Lula da Silva para dinamizar as obras e por último, no ano de 2011, a visita da atual Presidente Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff, foram ações programadas para incentivar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

Foram quatro audiências públicas que tiveram participação de diversos segmentos da sociedade. Contudo o número desses cidadãos participantes das audiências, em contraposição a quantidade de moradores de Porto Velho, foi extremamente baixo. A maior parte dos participantes era das comunidades que iam ser impactadas, outro grupo eram os participantes de Ongs, professores universitários, algumas pessoas envolvidas em partidos políticos, os políticos e os colaboradores das empresas que tinham que explicar seu funcionamento.

O setor privado tem utilizado o *project finance* para contornar riscos de soberania (no caso de países com baixa credibilidade, isso costuma ser contornado pela criação de Sociedade de Propósito Específico – SPE em paraísos fiscais), vender equipamentos, atuar em projetos bi soberanos ou multissoberanos, criar infraestrutura no Terceiro Mundo para projetos globais, garantir insumos ou mesmo atuar em projetos sociais e de redução de desigualdades sociais. Também tem sido utilizado como meio de contornar bloqueios econômicos com motivações políticas, militares ou étnicas, bem como de restrições religiosas, como no caso dos instrumentos jurídicos que preveem juros proibidos nos países fundamentalistas islâmicos.

Por isso entendemos que o *project finance* é uma forma de engenharia/colaboração financeira sustentada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto, servindo como garantia à referida colaboração os ativos a serem adquiridos e os valores recebíveis ao longo do projeto. Trata-se de uma modalidade de apoio mais comum a projetos de grande porte, normalmente para o setor de infraestrutura, tais como usinas, estradas, projetos de saneamento básico e outros. A técnica de financiamento do *Project Finance* é utilizada pelas Sociedades de Propósito Específicas (SPEs), que captam recursos com a antecipação de rendimentos e ativos, o que pressupõe um rigoroso enquadramento dos custos, em especial os regulatórios que dizem respeito ao Estado.

A implantação do projeto do porte da Hidrelétrica de Santo Antônio foi possível por meio da união de diversos grupos e empresas, inclusive pela elaboração e contratação do *projeto finance*. A Santo Antônio Energia, à época do leilão de concessão realizado pelo Governo Federal, já estava organizada sob a forma de um consórcio. Composto por sete empresas, sendo duas da área de construção, duas do setor de energia e o fundo de investimento FIP (Fundo de

Investimentos e Participações Amazônia Energia), formado pelos bancos Santander e Banif e pelo Fundo de Investimento do FGTS.

Após o término do leilão, criaram a Santo Antônio Energia, sociedade de propósito específico responsável pela construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, tornando-se, dessa forma, sócios da empresa. Com a justificativa da integração da Amazônia e da redução das desigualdades sociais e da redução da pobreza, a ampliação de infraestrutura de transporte e energia tem sido uma das formas utilizadas para a reprodução do capital na Amazônia brasileira.

Logo após anúncio do Governo Federal de que as Hidrelétricas do Rio Madeira seriam construídas, atores sociais, a favor e contra o empreendimento, se mobilizaram. Os que estavam a favor fazendo *marketing* pesado a respeito das obras e os opositores, compostos por entidades que eram contra ou que queriam um posicionamento diferente do Estado, evidenciando o caráter incerto de barrar um rio com as características do Madeira.

Para demonstrar sua insatisfação, a população local que se mobilizou, juntamente com ONGs e movimentos sociais articularam fóruns, debates, além da presença massiva dessa parcela da população na audiência pública sobre as barragens do Madeira, na qual expressaram argumentos consistentes de oposição ao projeto. Contudo, a grande parte da população ficou omissa a respeito dos impactos que seriam causados pela construção da Hidrelétrica de Santo Antônio.

Em junho de 2006 foi enviada ao então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por parte das organizações sociais, uma carta se posicionando contra o represamento e pedindo que o Governo Federal reconsiderasse a ideia de levar adiante tais obras. É óbvio que isso não ocorreu e as obras continuaram. Contudo, na carta eles afirmavam que o barramento do Madeira provocará danos irreversíveis sobre a diversidade do local, afetando a pesca, uma das principais atividades econômicas da região e que os impactos negativos - sociais, ambientais e econômicos - de tais obras poderão ser observados ao longo de todo o curso do Madeira, atingindo até mesmo o rio Amazonas.

No final do ano de 2007, ocorreram novas tentativas de brecar as obras. A organização Amigos da Terra - Amazônia Brasileira ajuizou no dia 5 de dezembro uma Ação Civil Pública na Justiça Federal, pedindo a suspensão do leilão da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira. A ação da entidade se fundamentou no parecer com o qual o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), justificou a concessão da Licença Prévia, assim como nos dados oficiais que comprovam uma explosão de desmatamento na área de influência do empreendimento.

Paralelamente, no dia 10 de dezembro, militantes de movimentos sociais ocuparam a sede da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) numa tentativa de impedir que se realizasse o leilão da Usina de Santo Antônio, uma das peças do Complexo Madeira. A manifestação foi reprimida pela polícia, resultando na prisão de sete manifestantes. No final, as duas usinas - Santo Antônio e Jirau - foram leiloadas, demonstrando que o governo Lula não se interessou em ouvir ou mesmo considerar as demandas da população que habita as áreas a serem inundadas, entre eles os ribeirinhos. Antes mesmo de ser conhecida como Usina Hidrelétrica Santo Antônio, já existiam estudos que informavam o quão lucrativo e vantajoso seria um empreendimento desses em Rondônia.

## **QUESTÕES NEGLIGENCIADAS**

Evidenciamos que a perspectiva de construção dos megaprojetos no rio Madeira desencadeou alguns conflitos políticos entre o Brasil e a Bolívia, e críticas dos movimentos e organizações da sociedade civil dos dois países sobre a condução do processo de licenciamento ambiental pelo governo brasileiro, e a revelação do envolvimento de empresas acusadas de corrupção, mas esses conflitos não tiveram repercussão a ponto de afetar a implementação do empreendimento.

Com um orçamento de 25 bilhões de reais, aproximadamente cerca de 12,5 bilhões de dólares, a hidrelétrica de Santo Antônio está próxima do perímetro urbano da cidade de Porto Velho. Esta, antes da instalação da obra, possuía 270 mil habitantes. Após sua instalação, esse número deve multiplicar-se como se observou em obras anteriores dessa dimensão.

Estima-se que por se tratar de barragens com eclusas, este complexo, quando concluído, viabilizará a operação de uma hidrovia industrial para a navegação de barcaças, que provavelmente terá a extensão de 4.200 km. Dessa maneira permitirá o escoamento de mercadorias como soja, madeira e minerais para fora da região amazônica, a partir dos portos do Atlântico e do Pacífico.



Ao tratarmos da suposta sustentabilidade do projeto, Moret (2006) enumera alguns pontos que confirmam as diversas incertezas do resultado concreto do empreendimento:

*1. A base de dados do EIA/RIMA foi construída em uma pequena área (240 km ao longo do rio) entre Porto Velho e não sendo representativa para uma bacia hidrográfica de 1,4 milhões de km<sup>2</sup>, sem dados históricos consolidados; 2. O licenciamento dos empreendimentos não obedeceu a Resolução CONAMA 001/1986, Artigo 50, inciso III que exige que os estudos sejam feitos em toda a bacia hidrográfica do rio que vai ser barrado; 3. O licenciamento não obedeceu ao Estatuto da Cidade, que no art. 36 afirma a necessidade de elaborar o “Estudo de Impacto de Vizinhança” (EIV) para empreendimentos que produzam impactos no entorno da cidade. Esse artigo afirma que o EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades (MORET, 2006, p.76).*

Outro ponto a ser questionado é a questão do trabalho e empregos. Quando as obras estiverem concluídas somente 1.500 trabalhadores permanecerão. Contudo, entre o primeiro e o terceiro ano serão contratados em torno de 15.000 trabalhadores e no pico da obra, que será de alguns meses, terá 20 mil trabalhadores. Há denúncias dos sindicatos dos trabalhadores da cidade de Porto Velho que as relações de trabalho são excludentes e preconceituosas, com salários diferenciados e menores para aqueles moradores da cidade. A carga horária de trabalho é excessiva, falta de condições adequadas para alimentação e descanso, irregularidades com as contratações dos trabalhadores não obedecendo ao período de experiência.

## **O DESLOCAMENTO DEVIDO A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM**

A estrutura estatal tem o poder de impor suas normas para as comunidades que ficarem em seu caminho. O Estado brasileiro deixa claro que nada nem ninguém deve atrapalhar o desenvolvimento econômico do país. Comunidades que são tidas como tradicionais por viverem a tanto tempo em um determinado lugar, são retiradas de seu espaço de origem por meio da força da lei sem gozarem de seus direitos.

As comunidades Tradicionais deslocadas por megaprojetos de desenvolvimento, perderem o lugar que conheciam e que servia para manterem suas relações socioculturais e econômicas, pois era neste que elas plantavam, criavam animais para venda ou tinham onde pescar. Isto ocorreu com a Comunidade de Engenho Velho, que se deslocou para dar lugar ao canteiro de obras da UHE Santo Antônio.

Engenho Velho perdeu também o lugar de convívio, mas talvez com esperança de um recomeço, mantiveram o nome anterior, que recebeu um prefixo para marcar a presença do “novo” para que a sociedade em geral soubesse que aquele não era o seu espaço de origem, era o “novo” que lhes tinha sido imposto pelo estado.

Todos querem o desenvolvimento, mas a que preço? O desenvolvimento deve vir, mas com respeito às comunidades. Devemos também evidenciar o conceito de comunidade para realçar a maneira como são reconhecidos pelos órgãos públicos e privados. De todas as necessidades que o empreendimento realizou não podemos esquecer que são vidas em jogo, e a comunidade necessita ser compreendida como tal.

Quando nos referimos a comunidade, entendemos que esta refere-se a vida grupal. Para Max Weber (1973, p.141), a comunidade “pode apoiar-se sobre toda espécie de fundamentos afetivos, emotivos e tradicionais (...) esse tipo é expresso com maior adequação pela comunidade familiar (...) a imensa maioria das relações sociais participam em parte da comunidade e em parte da sociedade”.

Outro ponto importante para se entender a comunidade é o exposto por Fichter. Segundo este autor ela é “essencialmente ligada ao solo, no sentido de que os indivíduos vivem permanentemente numa dada área, tem consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar e funcionam em conjunto nos principais assuntos da vida” (FICHTER, 1973, p. 154).

A comunidade Novo Engenho Velho, possuía uma identificação direta com o lugar, o lugar de origem o ‘Engenho Velho’ e o de uso ‘Novo Engenho Velho’ mesmo que seu espaço seja outro. Engenho Velho, que estava situado na margem esquerda do Rio Madeira, em Porto Velho, era uma das 12 comunidades situadas na área onde foi construída a Usina Santo Antônio, que integra o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. No Engenho Velho, viviam aproximadamente 47

famílias, que tiravam seu sustento da pesca e da agricultura, cultivando, sobretudo mandioca, mas também milho, cupuaçu e açaí.

Na seção 22 do PBA, é tratado do deslocamento dos moradores que serão atingidos pela implantação das obras, pela formação do reservatório e criação de APP, propiciando aos atingidos a recomposição das atividades e qualidade de vida, fazendo o possível para que sejam pelo menos condições equivalentes a atuais. Com o total de 643 moradores que foram removidos de seu respectivo espaço de vivência, a comunidade analisada por nós seria a primeira a ir para outro lugar.

Os moradores representados pela associação de produtores rurais da comunidade optaram pelo reassentamento coletivo. Esses moradores foram transferidos para uma agrovila construída pelo Consórcio Santo Antônio Energia e durante dezoito meses receberiam uma quantia mensal referente a perda de produção que essas famílias teriam. Os valores referentes a compensação foi negociado individualmente.

Os moradores foram retirados de Engenho Velho antes que o Consórcio finalizasse a construção da agrovila, pois havia urgência em iniciar as obras e o lugar da Comunidade era justamente onde foi instalado o canteiro de obras do barramento.

O diretor de meio ambiente do Consórcio afirmou em reunião que ocorreu em setembro de 2008: “as casas não estarão prontas no tempo necessário [...] as mudanças para a agrovila só ocorrerão quando as casas e a infraestrutura estiverem prontas [...] considerando que as moradias ainda não estejam prontas, antes do início das obras procurando garantir a segurança dos moradores e procurando evitar os transtornos da proximidade com as obras da usina faz-se necessário buscar alternativas para o reassentamento provisório” (ata da reunião do dia 23 de setembro de 2008).

Um mês após a reunião, em outubro os moradores da comunidade Engenho Velho começaram a ser retirados. Uns foram para a cidade, para casa alugadas, outros opuseram-se em ir para a cidade e foram instalados em chácaras até que as casas da agrovila fossem entregues. Contudo algumas reclamações estavam sendo realizadas: segundo o morador H. da S. L.,

*o engenheiro agrônomo deles disse que a terra deveria dar 120 sacas de farinha por hectare, mas que não chegaria a 80. Na verdade, deu só 3 sacas por hectare. Na mesma conversa a empresa prometeu que para o*

*agricultor que não desse certo nas novas áreas eles buscariam outras alternativas. A única coisa que fizeram foi uma indenização adicional de 19 sacas.*

Outro agricultor o senhor S. G. de F. reclamou que “no início da obra os agricultores foram proibidos pela Santo Antonio Energia de plantar durante 7 meses, e que essa produção nunca foi indenizada. Que a maior parte dos agricultores tinha mais de 20 hectares para plantar, mas o máximo que eles receberam foi 9 hectares numa área muito ruim que é só cascalho, e que a casa de farinha que foi construída para a comunidade não está funcionando por falta de equipamentos”.

Na comunidade do Engenho Velho seus membros tinha um espaço especial, “era grande podíamos plantar e vender o que se colhia” ressalta o morador que foi entrevistado, “deixar nossas casas foi difícil, fomos primeiro morar em casas alugadas na cidade de Porto Velho e a casa não tinha nem quintal, nem dava pra ver o rio, foi muito ruim” diz outro membro da comunidade.

Em dezembro de 2008, os membros da Comunidade Engenho Velho começaram a ser instalados na agrovila e se depararam com uma realidade diferente do que viviam na antiga comunidade, pois o sistema da agrovila promove o desaparecimento dos espaços individuais que havia no antigo espaço vivido. Outras dificuldades foram tornando-se visíveis. Uma delas era que o plantio na várzea não era mais possível. Santos (1996) afirma que é esperado que uma imposição traga desordem quando implantada, porque não há uma relação espacial com as pessoas que sofreram a imposição, ela há e não se pode mudar.

## **UM OUTRO LUGAR**

Um dos exemplos dessa desordem pode ser evidenciado na agrovila, pois os moradores que dependiam economicamente da pesca ou agricultura deveriam receber em média três hectares e meio de terra para atividade, só que isso não ocorreu. Alguns receberam menos terra e os que receberam o que lhe foi garantido, não puderam fazer a derrubada pois o IBAMA proibiu. Dessa maneira, ficaram sem saber o que fazer, sem ter onde plantar pois para que haja safra constante, precisam de terra suficiente para fazer o *pousio* e a plantação ordenada. A casa de farinha da agrovila ficou quase sem uso, pois não tem o espaço para plantar e conseqüentemente não há como colher e fazer a farinha.

Os habitantes dessa comunidade vivenciam o constante medo de que a qualquer momento sua casa pode cair, tendo em vista que sentem os abalos provocados pelas explosões que são realizados para construção da barragem “a casa treme toda quando eles explodem lá”. Outro fator que lhes causa temor é a inundação, pois suas casas foram construídas onde o rio está fazendo a retirada normal do barranco. Devemos lembrar que o rio madeira é considerado um rio jovem então ele ainda está em formação do seu leito.

O assoreamento na margem do rio já está muito próximo da comunidade e a própria barragem da Usina Santo Antônio fica a menos de três quilômetros de distância dela, logo a insegurança dentro de seus lares é constante. Levando em conta a estrutura física das casas e o local onde foram construídas podemos afirmar que o desenvolvimento previsto com a obra não atende de forma suficiente a Comunidade Novo Engenho Velho.

Uma simples visita à Comunidade Novo Engenho Velho mostra-nos que apesar de as rendas monetárias dessa população não a situarem economicamente no nível da chamada classe média, e de sua falta de perspectiva sobre o futuro, o número cada vez mais elevados de carros, centrais de ar, notebooks, dentre outros bens que observamos durante a pesquisa de campo, constitui índice nítido e inegável da presença concreta de seres humanos com valores voltados para o “subir na vida” associado à elevação do padrão de consumo, que foi acentuado com as indenizações e compensações. Observa-se ainda uma tentativa de barganha individual por acréscimos financeiros ou sob a forma de patrimônio. E esses valores, obviamente constituem, pelo individualismo que revelam e implicam a antítese de práticas coletivas reais e persistentes, ao invés de ilusórias e fugazes.

Esse processo explicita e possui duas raízes bastante lógicas: o empobrecimento continuado da população de baixa renda já foi expulsou, para áreas em processo acelerado de favelização, boa parte do grupo morador original. Os novos moradores constituem exemplos visíveis de indivíduos portadores de ambições e dos sonhos de ascensão social tão característicos (embora de forma alguma exclusivos) da chamada classe média.

Em idas a campo ouvimos diversas vezes reclamações sobre as casas da comunidade. Os moradores diziam que as casas tinham sido feitas de material ruim e por causa disso estavam todas com rachaduras, também tinham sido construídas em um aterro feito pela Usina. No entanto continuamos as conversas e no momento

ficamos sempre perguntando sobre o evento das rachaduras, as reclamações continuaram, contudo obtivemos outra informação de que as explosões provocadas pelas implosões das pedras na cachoeira faziam com que as casas tremessem todas.

O ponto é, se elas foram construídas em um aterro feito as pressas pela usina, o terreno poderia não estar bem compactado e com os abalos das explosões, as casas tremem e dessa maneira elas têm em seu alicerce ou baldrame abalos contínuos, e por isso esses abalos propiciariam rachaduras em todo o imóvel. Com nossas observações podemos dizer que é extremamente perigoso essas famílias continuarem vivendo nestas estruturas, os órgãos competentes como Ministério Público deveriam pedir para o CREA, um laudo para saber se realmente as pessoas estão correndo risco de morte habitando nessas casas, pois ao reclamarem com a empresa, os moradores ouviram que as casas estavam perfeitas quando lhes entregaram e a culpa por ela ter rachado é deles. A empresa não tem nada com isso!

Outro problema que podemos também evidenciar é que o esgoto da comunidade como afirma o senhor S. N. A., morador, “fizeram essas fossas aí, mas não prestaram, então colocaram canos que vai daqui da rua até lá em baixo onde cai todas as fezes, é bem próximo de onde eles fazem captação de água pra cozinha deles”. Constatamos que realmente os canos estavam onde o morador havia falado. O mais irônico é que a empresa em seu relatório socioambiental de 2010, que é uma cartilha totalmente desenhada para evidenciar a “beleza e a infraestrutura perfeita” de que dispõem, consta que seu refeitório prepara cerca de 23.000 refeições por dia. Restou-nos a dúvida se estão captando a água que prepara as refeições próximas do cano que joga os dejetos no rio.

## **CONSIDERAÇÕES**

Tendo em vista a grandiosidade do assunto delimitamos nossa área de estudo, pois o tema é abrangente. O Projeto Madeira apresenta custos ambientais sérios e podemos citar vários: a alteração do regime hidrológico, a queda da qualidade das águas, o desmatamento e problemas de saúde pública relacionada à proliferação de transmissores de doenças endêmicas. Além disso, a construção

desta barragem trouxe custos sociais, que só cessarão com a verdadeira sustentabilidade pois a população que foi desalojada está experienciando problemas decorrentes ao não cumprimento de acordos que deveriam zelar por seu bem estar.

Se por um lado verificamos que a maior parte da população não percebe que o desenvolvimento deve sim ocorrer, mas de maneira coesa e justa, para aqueles que têm de disponibilizar todo seu modo de vida para que o progresso chegue, o desenvolvimento aparenta estar ao revés.

Então para quem vem o progresso? A comunidade está sob constante medo de perder o que lhe restou. Qualquer acidente que ocorra na hidrelétrica, os primeiros a serem atingidos, e de forma violenta, serão os moradores da comunidade.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ACSELRAD, Henri (organizador). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Un Nuevo Impulso a la Integración de la Infraestructura Regional en América del Sur**. Departamento de Integración y Programas Regionales – Departamento Regional de Operaciones 1 – Departamento Regional de Operaciones 3: Diciembre, 2000.

BECKER, Bertha K. **A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável**. In CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo César. *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030**/Ministério de Minas e Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética\_Brasília: MME: EPE, 2007.

CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo César. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, um Conceito-Chave da Geografia**. In CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo César. *Geografia Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

DOWBOR, Ladislau. **Da globalização ao Poder Local: a nova hierarquia dos espaços**. *Revista Pesquisa e Debate, PUC-SP, Vol. 7, número 1 (8), 1996.*

FICHTER, J. H. **Definições para o uso didático**. In Fernandes, florestan (org). comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais. São Paulo: nacional/edusp, 1973. p. 153-155.

GOMES, Paulo César da Costa. **O Conceito de Região e sua Discussão**. In CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo César. Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

\_\_\_\_\_. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Grupo del Banco Mundial. **Síntesis Sectorial Estrategia energética** - Red de desarrollo sostenible, octubre de 2009.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MORET, Artur de Souza y GUERRA, Sinclair Mallet Guy. **Hidrelétricas no Rio Madeira: Reflexões sobre Impactos Ambientais e Sociais**. In Revista OÍDLES - Vol 3, Nº 7; diciembre, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica Espaço Tempo Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo; Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. São Paulo; Record, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Teorias explicativas sobre a emergência e o desenvolvimento do Welfare State**. Revista política e trabalho, 15 – set/1999, p. 29-42. Disp. em <http://www.geocities.com/CollegePark/Library/8429/15-silva.html>.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.

WEBER, M. **Comunidade e sociedade como estruturas de socialização**. In FERNANDES, Florestan (org). Comunidade e Sociedade: Leituras Sobre Problemas Conceituais. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973. p. 82-95.

Sítio pesquisados

<http://www.santoantonioenergia.com.br>



<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>

<http://www.odebrechtonline.com.br>